



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

QUADRO RESUMO	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b> <a href="#">15901.032262/2025</a>	<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
<b>OBJETO:</b> Registro de preço para aquisição de fórmulas lácteas, nutrição enteral, módulos e suplementos alimentares, destinados as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA	
<b>TIPO:</b> SRP	
<b>VALOR ESTIMADO:</b> R\$ 39.474.048,51	
<b>SIGILOSO:</b> NÃO	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES:</b> R\$ 0,01
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b> MENOR PREÇO POR ITEM	<b>QUANTIDADE DE ITENS:</b> 62 itens
<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO:</b> POR ITEM	<b>FORMA DE PARCELAMENTO:</b> PARCELADA
<b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO/FECHADO	
<b>EXIGE AMOSTRA:</b> NÃO	<b>EXIGE PROVA DE CONCEITO:</b> NÃO

## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1.** O presente Termo de Referência tem como objeto o **Registro de preço para aquisição de fórmulas lácteas, nutrição enteral, módulos e suplementos alimentares**, destinados as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### 1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

**1.2.1.** A descrição do objeto, bem como as especificações técnicas e os quantitativos estimados estão discriminados no Apêndice I parte integrante deste Termo de Referência.

### 1.3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

**1.3.1.** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, ou até a execução contratual total dentro do prazo de vigência, admitida prorrogação nas hipóteses legais aplicáveis às contratações de fornecimento contínuo, observados os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, bem como as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços.

### 1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

**1.4.1.** A Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente deste certame terá vigência de 12



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

(doze) meses, contados a partir de sua publicação no PNCP, competindo ao órgão gerenciador providenciar o registro e a respectiva publicação, podendo ser prorrogada, dentro de sua vigência, por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade do preço, nos termos da legislação aplicável e do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

**1.4.2.** A prorrogação da vigência da ARP ficará condicionada à justificativa da necessidade, à anuência do detentor da ARP, à comprovação de que a vantajosidade do preço permanece mantida (mediante pesquisa de preços nos moldes da IN SEGES/ME nº 65/2021, a ser realizada pelo órgão gerenciador), bem como à deliberação expressa do órgão gerenciador e à formalização através termo aditivo, acompanhada do parecer jurídico quanto à viabilidade, na forma do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

**1.4.3.** Ressalva-se que, durante a vigência da ARP, é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos nela fixados, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, admitindo-se, excepcionalmente, a renovação de quantitativos apenas no ato de prorrogação da vigência da ARP, até o limite do quantitativo original, desde que haja previsão expressa no ato convocatório e na ARP respectiva.

**1.4.4.** Para fins de prorrogação da ARP, a existência de saldo de quantitativo não constitui requisito, sendo admitida, excepcionalmente, em caso de esgotamento da quantidade registrada, a antecipação da prorrogação, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, com renovação das quantidades, nos termos do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

**1.5. DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO**

**1.5.1.** O prazo de entrega dos materiais médicos hospitalares é de 15 (quinze) dias corridos, contados após assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada.

**1.6. DO LOCAL DE ENTREGA:**

**1.6.1.** Deverá ser entregue no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracanã - São Luís / MA, obedecendo ao horário de entrega, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 15:00h.

**1.7. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**1.7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**1.7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

**1.7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**1.7.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**1.7.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**1.7.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**1.7.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **1.8. DA GARANTIA DO PRODUTO E VALIDADE**

**1.8.1.** Os produtos entregues deverão possuir **prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses**, contado a partir da data de seu **recebimento no Almoxarifado da SEMUS**, ressalvados os casos devidamente justificados e aceitos formalmente pela Administração, quando comprovada a inexistência de apresentação com validade superior no mercado.

**1.8.2.** A eventual troca de marca dos produtos cotados pela empresa somente poderá ocorrer mediante solicitação formal da contratada, devidamente justificada, acompanhada da comprovação de regularidade sanitária do novo produto, incluindo registro ou notificação junto à ANVISA, dentro do prazo de validade e em nome do fabricante, ficando a substituição condicionada à análise técnica da Coordenação de Nutrição e Dietética e à manifestação dos setores competentes, sem prejuízo da qualidade, especificações técnicas e interesse da Administração.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.1.** Provimento da necessidade permanente de assegurar o suporte nutricional adequado aos usuários atendidos pela rede municipal de saúde, faz-se necessária a aquisição de Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares, destinados a suprir as demandas das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís –



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

SEMUS, bem como aquelas decorrentes de processos administrativos, demandas judiciais, Programa Melhor em Casa e das ações da Vigilância Sanitária.

**2.2. MOTIVAÇÃO**

**2.2.1. Razões de direito:**

**2.2.2.** Tendo em vista que a Semus possui como objetivo prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária, tendo como responsabilidade oferecer assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se exigências legais. Desta forma proporciona atendimento seguro e de qualidade, facilitando assim a atuação do profissional e proporcionando condições favoráveis de trabalho.

**2.3. Razões de fato**

**2.3.1.** A terapia nutricional constitui parte integrante e indispensável do cuidado em saúde, sendo fundamental para a recuperação clínica, manutenção do estado nutricional, prevenção de agravos e redução do tempo de internação de pacientes com condições clínicas diversas, tais como doenças crônicas, neurológicas, metabólicas, oncológicas, infecciosas, além de pacientes em situação de vulnerabilidade nutricional.

**2.3.2.** No âmbito das **Unidades de Saúde**, especialmente aquelas que prestam atendimento em **urgência, emergência, internação hospitalar e ambulatorial especializado**, a **Coordenação de Nutrição e Dietética/SARS** é responsável pelo planejamento, acompanhamento e garantia do fornecimento de Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares, insumos essenciais ao manejo clínico imediato de pacientes com restrição ou impossibilidade de ingestão oral, risco nutricional elevado ou necessidade de terapia nutricional especializada, sendo indispensáveis para a estabilização clínica, recuperação funcional e prevenção de complicações associadas à desnutrição.

**2.3.3.** As **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** são insumos específicos, prescritos de forma individualizada por profissionais habilitados, conforme protocolos clínicos e nutricionais, e destinam-se a pacientes que apresentam necessidades nutricionais especiais, impossibilidade ou limitação de ingestão oral adequada, ou que demandam aporte nutricional complementar ou exclusivo.

**2.3.4.** Ressalta-se, ainda, que parcela significativa da demanda sob responsabilidade da **Coordenação de Nutrição e Dietética/SARS** decorre de processos administrativos e, sobretudo, de determinações judiciais, que impõem ao Município o dever de fornecimento dos insumos nutricionais prescritos, sob pena de responsabilização administrativa, financeira e judicial. Tal cenário exige planejamento prévio, manutenção de estoque regular e capacidade de resposta imediata por parte da Administração, de modo a garantir o cumprimento das determinações e a continuidade da assistência nutricional.

**2.3.5.** No âmbito do **Programa Melhor em Casa (PMeC)**, executado por meio do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD, regulamentado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 3.005/2024, o fornecimento de dietas enterais, módulos e suplementos nutricionais configura-se como insumo essencial, contínuo e indispensável ao atendimento dos pacientes assistidos em Terapia Nutricional Enteral Domiciliar (TNED). A interrupção ou indisponibilidade desses insumos compromete diretamente a evolução do tratamento, podendo resultar em desnutrição grave, agravamento de lesões por pressão e feridas, complicações clínicas e reinternações hospitalares evitáveis, em desacordo com os princípios



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

e objetivos do Programa, que visam à desospitalização segura, à continuidade do cuidado no domicílio e à racionalização dos custos assistenciais.

**2.3.6.** Dessa forma, a aquisição contínua de **Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** mostra-se imprescindível para assegurar a segurança alimentar e nutricional no ambiente domiciliar, garantir a continuidade da terapia nutricional, preservar a qualidade de vida dos pacientes e prevenir agravos à saúde, conforme solicitação formal do setor demandante.

**2.3.7.** A aquisição dos referidos insumos também se mostra necessária para atender às demandas decorrentes das ações da Vigilância Sanitária, no que se refere à adequação das práticas assistenciais, à garantia da segurança alimentar e nutricional e à observância das normas sanitárias vigentes, bem como pela necessidade urgente de atendimento às crianças expostas ao HIV, infectadas ou não infectadas, assistidas pelo Programa IST/HIV/AIDS, vinculado à Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária do Município de São Luís/MA, em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde, que recomendam a inibição da lactação em mulheres vivendo com HIV e a consequente distribuição de fórmula láctea infantil pela rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme disposto na Portaria nº 2.313/2002, e em atendimento às necessidades da Coordenação de IST/AIDS.

**2.3.8.** O eventual desabastecimento de **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares** pode ocasionar prejuízos significativos à saúde dos usuários, tais como agravamento do estado nutricional e clínico, interrupção de tratamentos, aumento do risco de complicações e prolongamento do tempo de internação, além de comprometer a integralidade da assistência prestada. No âmbito da gestão pública, tal cenário pode resultar em aquisições emergenciais, judicialização da demanda e aumento de custos assistenciais.

**2.3.9.** Ressalta-se que a presente demanda encontra respaldo no Plano Municipal de Saúde e nas Programações Anuais de Saúde, que estabelecem como diretriz a garantia do acesso universal, integral e contínuo às ações e serviços de saúde, exigindo da gestão municipal o adequado planejamento e abastecimento de insumos estratégicos.

**2.3.10.** A Constituição Federal definiu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” e a Lei Federal n. 8.080/1990, que regulamentou o SUS, prevê em seu Artigo 7º, como princípios do sistema, entre outros:

- I – Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II – Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e dos serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema.

**2.3.11.** Compete, portanto, ao Gestor Municipal garantir as condições necessárias ao pleno funcionamento da rede de saúde, assegurando o fornecimento contínuo de insumos estratégicos, como as **Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares**, essenciais à execução das ações assistenciais desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais da SEMUS.

**2.3.12.** A Secretaria Municipal de Saúde de São Luís – SEMUS tem como missão prestar



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

assistência integral à população, de forma universal e equânime, sendo imprescindível a adoção de medidas que assegurem assistência nutricional segura, eficaz e contínua, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e legais vigentes.

**2.3.13.** Diante do exposto, resta evidenciada a imprescindibilidade da aquisição dos insumos nutricionais objeto deste TR, bem como a necessidade de manutenção de estoque mínimo regular, de modo a evitar a descontinuidade da assistência nutricional e assegurar o atendimento adequado às demandas das unidades de saúde e dos usuários do SUS no Município de São Luís/MA.

**2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO**

**2.4.1.** A licitação para aquisição de Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares poderá ser realizada com parcelamento por item, considerando a natureza dos produtos, suas especificidades técnicas e a independência funcional entre si, em conformidade com as disposições legais vigentes.

**2.4.2.** A decisão pelo parcelamento fundamenta-se nos seguintes critérios técnicos, operacionais e econômicos:

- a) Busca pela Proposta Mais Vantajosa: O parcelamento por item possibilita que a Administração contrate cada produto pelo menor preço unitário, permitindo maior economicidade, evitando a formação de lotes com itens heterogêneos que possam encarecer a contratação e assegurando melhor aproveitamento dos recursos públicos.
- b) Adequação às Especificidades Técnicas dos Produtos: Os insumos nutricionais possuem composições, indicações clínicas, apresentações e finalidades distintas, sendo prescritos de forma individualizada conforme o perfil do paciente. O parcelamento permite que cada item tenha especificação própria, garantindo maior precisão técnica, qualidade do produto e atendimento adequado às necessidades assistenciais.
- c) Ampliação da competitividade: A agregação de diversos itens em um único lote pode restringir a participação de fornecedores, especialmente diante da existência de fabricantes e distribuidores especializados por segmento (fórmulas infantis, dietas enterais, módulos, suplementos). O parcelamento estimula a participação de maior número de empresas, aumentando a competitividade do certame e favorecendo a obtenção de melhores condições comerciais.
- d) Redução de riscos de desabastecimento: A contratação por item possibilita a participação de múltiplos fornecedores, mitigando riscos logísticos e operacionais, evitando dependência de um único contratado e garantindo maior segurança no fornecimento contínuo dos insumos nutricionais essenciais à assistência em saúde.

**2.4.3.** Assim, o parcelamento da licitação mostra-se tecnicamente viável, economicamente vantajoso e juridicamente recomendado, alinhando-se ao entendimento de que a divisão do objeto é regra nas contratações públicas sempre que não houver prejuízo ao conjunto da solução, conforme os artigos 47 e 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como à Súmula TCU nº 247, contribuindo para maximizar a competitividade, assegurar a economicidade e garantir o atendimento eficiente das demandas da Rede Municipal de Saúde de São Luís/MA.

**3. PREVISÃO DO PLANEJAMENTO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

**3.1.** A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, número 2129, ID 06307102000130-0- 000005/2026, ID do item: 261, Classe/grupo: 331, Categoria: Material, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível através do link <https://pncp.gov.br/app/pca/06307102000130/2026/5>, demonstrando-se, assim, o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

#### **4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Sobre a adoção do SRP, o art. 1º § 1º. do Decreto Municipal nº 62.276/2026, dispõe o seguinte:

**Art. 1º § 1º.** O SRP será preferencialmente utilizado nas seguintes hipóteses:

- I. contratações frequentes em razão das características do bem ou serviço
- II. entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa.
- III. atendimento a múltiplos órgãos ou entidades ou a programas de governo;
- IV. impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.

**4.2.** Considerando as características do objeto e da necessidade de contratações frequentes dos itens, conforme consta no ETP, restaria configurada a subsunção do **Art. 1º § 1º, inc. I** do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

**4.3.** Diante do exposto, a presente aquisição será processada por meio de Sistema de Registro de Preços.

#### **5. JUSTIFICATIVA DO TRATAMENTO PREFERENCIAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**5.1.** Quando aplicável ao processo licitatório e em conformidade com a Lei Municipal nº 7.177/2023 e Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014:

**5.2.** Ficam destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, os itens estimados cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

**5.3.** Fica reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) dos itens, com valores acima do indicado no item 5.2, cuja aquisição de bens seja de natureza divisível.

#### **6. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA CONFORME ART. 82, INC. II DA LEI Nº 14.133/2021**

**6.1.** Considerando que os licitantes usualmente conseguem ofertar todo o quantitativo, entende-se que não há necessidade de especificar a quantidade mínima a ser cotada, o que está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, evitando a fragmentação desnecessária das propostas e promovendo a competitividade entre os participantes.

#### **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO**

**7.1.** A solução A solução sugerida consiste na aquisição de Fórmulas Lácteas, Nutrição



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares, com fornecimento conforme as especificações técnicas detalhadas neste Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender às necessidades assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís – SEMUS, contemplando as Unidades de Saúde, o Programa Melhor em Casa, bem como as demandas administrativas, judiciais e da Vigilância Sanitária.

**7.2.** A solução proposta é similar à adotada por outros órgãos e entidades da administração pública, bem como amplamente praticada no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, tratando-se de modalidade comum no mercado de fornecedores de nutrição clínica, conforme demonstrado no levantamento de mercado constante nos itens anteriores do ETP.

**7.3.** A contratação compreenderá o fornecimento contínuo dos insumos nutricionais, com vigência contratual de 12 (doze) meses, observadas as disposições legais aplicáveis, sem prejuízo da adoção do Sistema de Registro de Preços, conforme regulamentação municipal vigente.

**7.4.** As Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares deverão ser entregues devidamente embalados, identificados, com indicação do fabricante, lote, validade e características técnicas, em conformidade com a legislação sanitária vigente, sem qualquer indício de violação, acompanhados, quando aplicável, de rótulos, bulas ou informações nutricionais exigidas pelos órgãos competentes.

**7.5.** Os produtos deverão ser acondicionados conforme as orientações do fabricante, garantindo sua integridade, qualidade e segurança até o momento da utilização, bem como rotulados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais legislações aplicáveis.

**7.6.** Com a execução da contratação, os itens fornecidos abastecerão o estoque da Secretaria Municipal de Saúde, permitindo a manutenção de distribuição contínua e regular às unidades assistenciais e aos pacientes atendidos, assegurando a continuidade da terapia nutricional e a qualidade da assistência prestada.

**7.7.** Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como bens de natureza comum, uma vez que são amplamente ofertados por diversas empresas, apresentam padrões de desempenho, composição nutricional e características técnicas comparáveis, permitindo decisão objetiva de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado, sendo, portanto, passíveis de aquisição por Pregão Eletrônico.

**7.8.** Diante do exposto, adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços – SRP, em razão da flexibilidade de sua metodologia prática e jurídica, bem como da impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser demandado, considerando a natureza contínua e variável da assistência nutricional. Tal modelagem permite a participação de diversos fornecedores aptos a atender às especificações estabelecidas, visando à obtenção da proposta mais vantajosa e do menor preço, com consequente economia para a Administração Pública, em conformidade com o Decreto Municipal nº 62.276/2026, que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **8.1. SUSTENTABILIDADE:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

**8.1.1.** A sustentabilidade Preferência, quando possível, por fornecedores que adotem práticas sustentáveis, utilizem **embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental** e mantenham programas de responsabilidade socioambiental;

**8.1.2.** Avaliação do ciclo de vida dos produtos, considerando não apenas o preço, mas também aspectos ambientais e logísticos.

**8.1.3.** Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são **limitados e passíveis de mitigação**, sendo adequadamente gerenciados por meio de planejamento logístico, controle de estoque, descarte responsável e adoção de boas práticas de sustentabilidade, não representando óbice à viabilidade da contratação.

**8.2. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**8.2.1.** A aquisição de Fórmulas Lácteas, Nutrição Enteral, Módulos e Suplementos Alimentares, por se tratar de produtos de natureza alimentar e de consumo contínuo, gera impactos ambientais principalmente relacionados ao uso de embalagens, armazenamento, transporte e descarte de resíduos sólidos comuns, não se caracterizando, em regra, como resíduos hospitalares infectantes, salvo quando houver contato direto com pacientes durante a assistência.

**8.3. Impactos positivos da contratação planejada:**

a) **Redução de desperdício de insumos:** a adoção do **Sistema de Registro de Preços e entregas parceladas** permite aquisição conforme a demanda real, evitando vencimentos, perdas por estocagem excessiva e descarte desnecessário de alimentos;

b) **Racionalização do consumo:** o fornecimento padronizado de produtos industrializados, com porcionamento adequado e controle nutricional, reduz desperdícios e retrabalhos na preparação artesanal de dietas;

c) **Melhoria da eficiência logística:** a centralização das entregas no Almoxarifado da SEMUS possibilita melhor controle de estoque, validade e distribuição, minimizando perdas e impactos ambientais indiretos.

**8.4. Impactos negativos potenciais:**

a) **Geração de resíduos sólidos comuns:** embalagens plásticas, metálicas, cartonadas e papelão decorrentes do consumo dos produtos;

b) **Descarte de produtos vencidos ou danificados:** quando não houver adequado planejamento e controle de estoque;

c) **Consumo energético e emissões associadas ao transporte e à produção,** inerentes à cadeia de fabricação e distribuição dos alimentos.

**8.5. Medidas mitigadoras:**

**8.5.1. Gestão adequada de resíduos:**

a) Segregação correta das embalagens e resíduos, conforme classificação de **resíduos comuns (Grupo D)** prevista na RDC ANVISA nº 222/2018 e normativas ambientais locais;

b) Destinação para coleta seletiva, reciclagem ou empresas licenciadas, quando aplicável.

**8.6. Controle de estoque e validade:**

**8.6.1.** Adoção de sistema de rotatividade de estoque (PEPS/FEFO), priorizando produtos com menor prazo de validade;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

**8.6.2.** Planejamento de compras parceladas, evitando perdas por vencimento.

**8.7. Capacitação de pessoal:**

**8.7.1.** Treinamento contínuo das equipes responsáveis pelo recebimento, armazenamento e distribuição quanto

às boas práticas de manipulação, conservação e descarte de embalagens;

**8.7.2.** Orientação para uso racional dos insumos, prevenindo desperdícios.

**9. INDICAÇÃO DE MARCAS (ART. 14, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 62.276, DE 2026)**

**9.1.** Na presente contratação não serão indicadas marcas.

**9.2.** A utilização da expressão “**tipo ou similar ou de qualidade superior**” nos descritivos dos itens possui caráter **exclusivamente referencial e exemplificativo**, não configurando exigência de marca, fabricante ou modelo específico.

**9.3.** Tal referência tem por finalidade **indicar padrão técnico, perfil nutricional e nível de desempenho** amplamente reconhecidos na prática clínica e assistencial, especialmente no âmbito da nutrição clínica, neonatal, pediátrica e terapias nutricionais especiais, nas quais a precisão da composição nutricional é determinante para a segurança do paciente e a efetividade do tratamento.

**9.4.** Ressalta-se que:

- a) Não há direcionamento a marca específica;
- b) Será admitido qualquer produto que atenda integralmente às especificações técnicas, nutricionais e sanitárias previstas no Termo de Referência;
- c) Os produtos deverão possuir registro válido junto à ANVISA, quando aplicável;
- d) O julgamento das propostas observará o critério de **menor preço**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**10. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:**

**10.1.** Não será exigida apresentação de amostra.

**11. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:**

**11.1.** Não será exigida carta de solidariedade:

**12. CONSÓRCIO:**

**12.1.** É admitida a participação de consórcios.

**13. SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**14. GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

**14.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que, não se aplica a nenhuma hipótese prevista no inciso I do referido decreto.

**15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**15.1.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**15.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**15.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**15.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**15.5.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.

**15.6.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**15.7.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**15.8.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**15.9.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.10.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**15.11.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**15.12.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

**15.13.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**16.1.** São obrigações do Contratante, além das constantes todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos:

**16.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada;

**16.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**16.4.** Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**16.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

**16.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**16.7.** Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**16.8.** Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

**16.9.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;

**16.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**16.11.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**16.12.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

**16.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**17. OBRIGAÇÕES PERTINENTE À LGPD**

**17.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

- 17.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 17.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 17.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 17.5.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 17.6.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 17.7.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 17.8.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 17.9.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 17.10.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 17.11.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **18. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

- 18.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal conforme art. 12, inciso VI do Decreto Municipal nº 60.155/2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 18.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 18.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

**18.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**18.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**18.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **19. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**19.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**19.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos observados; identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**19.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**19.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**19.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **20. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**20.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**20.2.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

**20.3.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

## **21. GESTOR DO CONTRATO**

**21.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, parafins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**21.1.1.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**21.1.2.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**21.1.3.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**21.1.4.** O setor de contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**21.1.5.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **22. LIQUIDAÇÃO**

**22.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

**22.1.1.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**22.1.2.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**22.1.3.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**22.1.4.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**22.1.5.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**22.1.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**22.1.7.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**22.1.8.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **23. PRAZO DE PAGAMENTO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

**23.1.** O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

**23.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **24. FORMA DE PAGAMENTO**

**24.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e contacorrente indicados pelo contratado.

**24.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária parapagamento.

**24.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**24.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**24.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **25. DO REAJUSTE**

**25.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**25.1.1.** Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**25.1.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**25.1.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondentetão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**25.1.4.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**25.1.5.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**25.1.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**25.1.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **26. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **26.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**26.1.1.** Será adotado o critério de **MENOR PREÇO por item** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

**26.1.2.** Os objetos a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem licitados por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

**26.1.3.** No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

**26.1.4.** Será adotado o modo de disputa **ABERTO / FECHADO**.

**26.1.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

## **27. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO**

### **27.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**27.1.1.** **Certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

**27.1.2.** Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

**27.1.3. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

**demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**27.1.4.** Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**27.1.5.** As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

**27.1.6.** As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil

**27.1.7.** Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

a) **Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b) **Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) **Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**27.1.8.** Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

**27.1.9.** As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

**27.1.10.** O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

**27.1.11.** Para a presente licitação, verificou-se que os três índices econômicos, acima relacionados, estabelecidos em patamares aceitáveis, são os mais apropriados para avaliar a capacidade do licitante de executar o contrato, de acordo com o disposto no caput do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, e na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU), sem representar risco algum ao caráter competitivo do certame, sendo os mais usualmente adotados, visto que se complementam. Assim, será exigido dos participantes os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação do balanço patrimonial.

## **28. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**28.1.** Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade, em nome do licitante. Em caso de Licença Sanitária vencida, será admitida a apresentação de **cópia legível do protocolo de solicitação de renovação**, acompanhada da **Licença Sanitária anteriormente vigente**, desde que a legislação local assim permita.

**28.2.** Autorização de Funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador ou distribuidor, através de cópia legível da sua publicação no DOU ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou ainda comprovação de dispensa.

## **29. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

**29.1.** Catálogos e material (is) ilustrativo (s) original (is), em português, referente (s) ao (s) modelo (s) ofertado (s), comprobatório (s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

**29.2.** Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro do prazo de validade em nome do fabricante, conforme art. 12 da Lei nº. 6.360/1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos. Caso o registro esteja vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da supracitada Lei.

### **30. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**30.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

a. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias corridos;

a.1. O atraso superior a **30 (trinta) dias corridos** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021

b. compensatória de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**30.2.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**30.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**30.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**30.4.1.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**30.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**30.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**30.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**30.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**30.9.** O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**30.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**30.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### **31. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**31.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 39.474.048,51 (trinta e nove milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, quarenta e oito reais e cinquenta e um centavos)** conforme custos unitários apostos no Apêndice I.

### **32. DOS APÊNDICES**

**32.1.** Integra este Termo de Referência:

**APÊNDICE I** – Planilha Descritiva e Orçamentária.

**São Luís, 13 de maio de 2026.**

**ELABORADOR:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

---

**Adriano Ferreira Dias**  
Consultor de Compras  
Matrícula: 64.227

**Kamila Pereira Cardoso de Aguiar**  
Superintendente de Material e Patrimônio  
Matrícula: 880390



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**APÊNDICE I**  
**PLANILHA DESCRITIVA E ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRESENT.	QUANT	CATMAT	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
<b>GRUPO 1 - FÓRMULAS LÁCTEAS</b>						
<b>ITEM 01 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 02</b>						
1	Fórmula láctea para prematuros e recém-nascidos de baixo peso. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Pré Nan, Aptamil Pré ou de qualidade superior.	LATA	450	405924	R\$ 192,50	R\$ 86.625,00
<b>ITEM 02 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 01</b>						
2	Fórmula láctea para prematuros e recém-nascidos de baixo peso. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Pré Nan, Aptamil Pré ou de qualidade superior.	LATA	150	405924	R\$ 192,50	R\$ 28.875,00
<b>ITEM 03 - COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						
3	Fórmula infantil anti regurgitação para lactentes, com composição específica para condições de refluxo gastroesofágico, nutricionalmente completa, para crianças de 0 a 12 meses. E de acordo com as recomendações do CODEX Alimentarius (FAO/OMS). De fácil diluição e boa digestibilidade; Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan Ar, Enfamil Premium Ar, Aptamil AR ou de qualidade superior.	LATA	600	435949	R\$ 59,60	R\$ 35.760,00
<b>ITEM 04 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 05</b>						
4	Fórmula láctea de partida para lactentes até 6º mês de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan 1, Aptamil 1, Milupa 1 ou de qualidade superior.	LATA	12.158	435949	R\$ 59,60	R\$ 724.616,80
<b>ITEM 05 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 04</b>						
5	Fórmula láctea de partida para lactentes até 6º mês de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan 1, Aptamil 1, Milupa 1 ou de qualidade superior.	LATA	4.052	435949	R\$ 59,60	R\$ 241.499,20
<b>ITEM 06 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 07</b>						
6	Fórmula láctea de seguimento para lactentes a partir do 6º até o 12º mês de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan 2, Aptamil 2, Milupa 2 ou de qualidade superior.	LATA	9.904	435949	R\$ 115,00	R\$ 1.138.960,00
<b>ITEM 07 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 06</b>						
7	Fórmula láctea de seguimento para lactentes a partir do 6º até o 12º mês de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan 2, Aptamil 2, Milupa 2 ou de qualidade superior.	LATA	3.301	435949	R\$ 115,00	R\$ 379.615,00
<b>ITEM 08 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 09</b>						
8	Fórmula láctea para lactentes e crianças de 0 até o 3º ano de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Aptamil pepti, Ninho fases ou de qualidade superior.	LATA	900	435949	R\$ 294,99	R\$ 265.491,00
<b>ITEM 09 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 08</b>						
9	Fórmula láctea para lactentes e crianças de 0 até o 3º ano de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Aptamil pepti, Ninho fases ou de qualidade superior.	LATA	300	435949	R\$ 294,99	R\$ 88.497,00
<b>ITEM 10 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 11</b>						
10	Fórmula láctea à base de proteína do leite de vaca, isenta de lactose para lactentes desde o nascimento e crianças com intolerância a lactose. E de acordo com as	LATA	1.350	405924	R\$ 115,90	R\$ 156.465,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

	recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan sem lactose, Aptamil sem lactose ou de qualidade superior.					
<b>ITEM 11 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 10</b>						
11	Fórmula láctea à base de proteína do leite de vaca, isenta de lactose para lactentes desde o nascimento e crianças com intolerância a lactose. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Nan sem lactose, Aptamil sem lactose ou de qualidade superior.	LATA	450	405924	R\$ 115,90	R\$ 52.155,00
<b>ITEM 12 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 13</b>						
12	Fórmula láctea à base de proteína de soja, isenta de lactose, indicada para lactentes com intolerância à lactose, galactosemia e isenção de proteína do leite de vaca da alimentação, usada a partir do 12º mês de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Aptamil soja 2 ou de qualidade superior.	LATA	990	617809	R\$ 112,00	R\$ 110.880,00
<b>ITEM 13 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 12</b>						
13	Fórmula láctea à base de proteína de soja, isenta de lactose, indicada para lactentes com intolerância à lactose, galactosemia e isenção de proteína do leite de vaca da alimentação, usada a partir do 12º mês de vida. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Aptamil soja 2 ou de qualidade superior.	LATA	330	617809	R\$ 112,00	R\$ 36.960,00
<b>ITEM 14 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 15</b>						
14	Fórmula láctea extensamente hidrolisada a base de soro do leite de vaca com peptídeos e aminoácidos indicada para pacientes com alergia e/ou intolerância à proteína do leite de vaca, com diarreia. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Pregomin Pepti, Pregestimil ou de qualidade superior.	LATA	900	617809	R\$ 297,50	R\$ 267.750,00
<b>ITEM 15 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 14</b>						
15	Fórmula láctea extensamente hidrolisada a base de soro do leite de vaca com peptídeos e aminoácidos indicada para pacientes com alergia e/ou intolerância à proteína do leite de vaca, com diarreia. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Pregomin Pepti, Pregestimil ou de qualidade superior.	LATA	300	617809	R\$ 297,50	R\$ 89.250,00
<b>ITEM 16 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 17</b>						
16	Fórmula elementar não alergênica com 100% de aminoácidos livres, para crianças até 1 ano de idade, isenta de sacarose, lactose e glúten, indicada para pacientes com alergia à proteína do leite de vaca e com diarreia crônica severa. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Neocate LCP, Aminomed, Alfamino, Puramino ou de qualidade superior	LATA	1.350	617809	R\$ 422,50	R\$ 570.375,00
<b>ITEM 17 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 16</b>						
17	Fórmula elementar não alergênica com 100% de aminoácidos livres, para crianças até 1 ano de idade, isenta de sacarose, lactose e glúten, indicada para pacientes com alergia à proteína do leite de vaca e com diarreia crônica severa. E de acordo com as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Neocate LCP, Aminomed, Alfamino, Puramino ou de qualidade superior	LATA	450	617809	R\$ 422,50	R\$ 190.125,00
<b>ITEM 18 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 19</b>						
18	Fórmula elementar não alergênica com 100% de aminoácidos livres, para crianças de 03 a 10 anos de idade, isenta de sacarose, lactose e glúten, indicada para pacientes com alergia ao leite de vaca e com diarreia crônica severa. De acordo com as recomendações do Codex Alimentarius. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Neo Advance, Comidagenplus ou de qualidade superior.	LATA	1.350	617809	R\$ 416,00	R\$ 561.600,00
<b>ITEM 19 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 18</b>						
19	Fórmula elementar não alergênica com 100% de aminoácidos livres, para crianças de 03 a 10 anos de idade, isenta de sacarose, lactose e glúten, indicada para pacientes com alergia ao leite de vaca e com diarreia crônica severa. De acordo com as recomendações do Codex Alimentarius. Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a	LATA	450	617809	R\$ 416,00	R\$ 187.200,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

	partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Neo Advance, Comidagenplus ou de qualidade superior.					
<b>ITEM 20 - COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%</b>						
20	Fórmula pediátrica polimérica, hipercalórica para alimentação oral ou enteral para lactentes e de seguimento, para crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas. Adicionado de LCPufas (ARA/DHA), nucleotídeos e prebióticos (GOS/FOS). Apresentação lata de 400g. Validade mínima de 12 meses (a partir da data de entrega), sendo indispensável registro no Ministério da Saúde. Tipo ou similar ao Infatrini ou de qualidade superior.	LATA	1.440	617809	R\$ 44,11	R\$ 63.518,40
<b>GRUPO 2 - NUTRIÇÃO ENTERAL</b>						
<b>ITEM 21 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 22</b>						
21	Fórmula padrão para nutrição enteral, normocalórica (1 a 1,2 kcal/ml), normoproteica (15 a 19%) com proteína de alto valor biológico (animal ou soja), isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO.Com adaptador.	LITRO	30.060	479046	R\$ 71,50	R\$ 2.149.290,00
<b>ITEM 22 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 21</b>						
22	Fórmula padrão para nutrição enteral, normocalórica (1 a 1,2 kcal/ml), normoproteica (15 a 19%) com proteína de alto valor biológico (animal ou soja), isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO.Com adaptador.	LITRO	10.020	479046	R\$ 71,50	R\$ 716.430,00
<b>ITEM 23 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 24</b>						
23	Fórmula padrão para nutrição enteral, hipercalórica (1,5 a 2,0 kcal/ml), normoproteica (15 a 19%), com adequado perfil lipídico e osmolaridade abaixo de 600mosm/l. Isenta de lactose adicionada, sacarose e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO.Com adaptador	LITRO	33.300	479046	R\$ 84,50	R\$ 2.813.850,00
<b>ITEM 24 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 23</b>						
24	Fórmula padrão para nutrição enteral, hipercalórica (1,5 a 2,0 kcal/ml), normoproteica (15 a 19%), com adequado perfil lipídico e osmolaridade abaixo de 600mosm/l. Isenta de lactose adicionada, sacarose e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO.Com adaptador	LITRO	11.100	479046	R\$ 84,50	R\$ 937.950,00
<b>ITEM 25 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 26</b>						
25	Fórmula modificada para nutrição enteral, polimérica, específica para pacientes com necessidades nutricionais aumentadas e/ou restrição de volume, hipercalórica (1,5cal/ml), hiperproteica (igual ou superior a 20%), isenta de lactose adicionada, sacarose e glúten. Com adaptador. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO Com adaptador.	LITRO	13.500	479046	R\$ 99,16	R\$ 1.338.660,00
<b>ITEM 26- COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 25</b>						
26	Fórmula modificada para nutrição enteral, polimérica, específica para pacientes com necessidades nutricionais aumentadas e/ou restrição de volume, hipercalórica (1,5cal/ml), hiperproteica (igual ou superior a 20%), isenta de lactose adicionada, sacarose e glúten. Com adaptador. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO Com adaptador.	LITRO	4.500	479046	R\$ 99,16	R\$ 446.220,00
<b>ITEM 27 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 28</b>						
27	Fórmula modificada para nutrição enteral, POLIMÉRICA, destinada para pacientes c/ necessidades protéicas aumentadas (úlceras por pressão, queimaduras, fístulas) em processo de cicatrização, normocalórica, hiperproteica (≥ 20 %), isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten, enriquecida com nutrientes específicos para cicatrização, vitaminas C e E, zinco e selênio. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO. Com adaptador. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses.	LITRO	17.118	479046	R\$ 117,00	R\$ 2.002.806,00
<b>ITEM 28- COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 27</b>						
28	Fórmula modificada para nutrição enteral, POLIMÉRICA, destinada para pacientes c/ necessidades protéicas aumentadas (úlceras por pressão, queimaduras, fístulas) em processo de cicatrização, normocalórica, hiperproteica (≥ 20 %), isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten, enriquecida com nutrientes específicos para cicatrização, vitaminas C e E, zinco e selênio. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO. Com adaptador. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses.	LITRO	5.706	479046	R\$ 117,00	R\$ 667.602,00
<b>ITEM 29 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 30</b>						
29	Fórmula modificada para nutrição enteral, específica para pacientes diabéticos e/ou intolerantes à glicose, hiperproteica (igual ou superior a 20%), com carboidratos de baixo índice glicêmico, isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Aspecto físico	LITRO	13.500	479046	R\$ 101,40	R\$ 1.368.900,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

	líquido. Com adaptador. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.					
<b>ITEM 30 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 29</b>						
30	Fórmula modificada para nutrição enteral, específica para pacientes diabéticos e/ou intolerantes à glicose, hiperproteica (igual ou superior a 20%), com carboidratos de baixo índice glicêmico, isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Com adaptador. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	LITRO	4.500	479046	R\$ 101,40	R\$ 456.300,00
<b>ITEM 31 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 32</b>						
31	Fórmula modificada para nutrição enteral, oligomérica, hipercalórica, hiperprotéica (20% ou mais de proteína), presença de TCM e com osmolaridade abaixo de 300mosml, isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Com adaptador. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	LITRO	13.500	479046	R\$ 224,24	R\$ 3.027.240,00
<b>ITEM 32 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 31</b>						
32	Fórmula modificada para nutrição enteral, oligomérica, hipercalórica, hiperprotéica (20% ou mais de proteína), presença de TCM e com osmolaridade abaixo de 300mosml, isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Com adaptador. Aspecto físico líquido. Apresentação: 1 L. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	LITRO	4.500	479046	R\$ 224,24	R\$ 1.009.080,00
<b>ITEM 33 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 34</b>						
33	Fórmula pediátrica para nutrição enteral, polimérica, específica para crianças a partir de 01 ano de idade, normocalórica (1,0 cal/ml), isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: embalagem PACK 500 ML. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO, com adaptador.	UND	24.300	479046	R\$ 66,70	R\$ 1.620.810,00
<b>ITEM 34 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 33</b>						
34	Fórmula pediátrica para nutrição enteral, polimérica, específica para crianças a partir de 01 ano de idade, normocalórica (1,0 cal/ml), isenta de sacarose, lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: embalagem PACK 500 ML. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO, com adaptador.	UND	8.100	479046	R\$ 66,70	R\$ 540.270,00
<b>ITEM 35 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 36</b>						
35	Fórmula pediátrica para nutrição enteral, polimérica, específica para crianças a partir de 01 ano de idade, hipercalórica (1,5cal/ml), com adequado perfil lipídico e fibras, isenta de lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: embalagem PACK 500ml. Especificar volume por unidade. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO, com adaptador.	UND	24.300	479046	R\$ 81,36	R\$ 1.977.048,00
<b>ITEM 36 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 35</b>						
36	Fórmula pediátrica para nutrição enteral, polimérica, específica para crianças a partir de 01 ano de idade, hipercalórica (1,5cal/ml), com adequado perfil lipídico e fibras, isenta de lactose adicionada e glúten. Aspecto físico líquido. Apresentação: embalagem PACK 500ml. Especificar volume por unidade. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. APLICAÇÃO SISTEMA FECHADO, com adaptador.	UND	8.100	479046	R\$ 81,36	R\$ 659.016,00
<b>ITEM 37 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 38</b>						
37	Fórmula modificada para nutrição enteral, normoproteica, normocalórica, isenta de lactose adicionada e glúten; especializada para pacientes com doença de crohn e doenças inflamatórias intestinais, com presença de TGFβ-2, para contribuir com ação anti-inflamatória e reparadora da mucosa intestinal, aspecto físico pó, sem sabor. Apresentação: Mínimo de 400g. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	LATA	6.300	618197	R\$ 481,00	R\$ 3.030.300,00
<b>ITEM 38 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 37</b>						
38	Fórmula modificada para nutrição enteral, normoproteica, normocalórica, isenta de lactose adicionada e glúten; especializada para pacientes com doença de crohn e doenças inflamatórias intestinais, com presença de TGFβ-2, para contribuir com ação anti-inflamatória e reparadora da mucosa intestinal, aspecto físico pó, sem sabor. Apresentação: Mínimo de 400g. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	LATA	2.100	618197	R\$ 481,00	R\$ 1.010.100,00
<b>GRUPO 3 - MÓDULOS NUTRICIONAIS</b>						
<b>ITEM 39 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 40</b>						
39	Módulo de glutamina para nutrição enteral ou oral. Aspecto físico pó. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: Sachê 10g.	UND	9.180	438826	R\$ 7,97	R\$ 73.164,60
<b>ITEM 40 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 39</b>						
40	Módulo de glutamina para nutrição enteral ou oral. Aspecto físico pó. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: Sachê 10g.	UND	3.060	438826	R\$ 7,97	R\$ 24.388,20
<b>ITEM 41 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 42</b>						
41	Módulo para nutrição enteral ou oral de alto valor biológico a base de proteína do soro do leite. Específico para pacientes com necessidades proteicas elevadas. Aspecto físico	UND	6.588	438826	R\$ 250,60	R\$ 1.650.952,80



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

	pó. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: Embalagem pote ou lata de 400 gramas. Registro no Ministério da Saúde/ANVISA.					
<b>ITEM 42 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 41</b>						
42	Módulo para nutrição enteral ou oral de alto valor biológico a base de proteína do soro do leite. Específico para pacientes com necessidades proteicas elevadas. Aspecto físico pó. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: Embalagem pote ou lata de 400 gramas. Registro no Ministério da Saúde/ANVISA.	UND	2.196	438826	R\$ 250,60	R\$ 550.317,60
<b>ITEM 43 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 44</b>						
43	Módulo para nutrição oral ou enteral mix de fibras, indicado para regularização do trânsito intestinal. Aspecto físico pó. Apresentação: Embalagem pote ou lata de 300g. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UND	1.156	438826	R\$ 194,35	R\$ 224.668,60
<b>ITEM 44 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 43</b>						
44	Módulo para nutrição oral ou enteral mix de fibras, indicado para regularização do trânsito intestinal. Aspecto físico pó. Apresentação: Embalagem pote ou lata de 300g. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UND	385	438826	R\$ 194,35	R\$ 74.824,75
<b>GRUPO 4 - SUPLEMENTOS ALIMENTARES</b>						
<b>ITEM 45 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 46</b>						
45	Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, destinada a pacientes com lesão por pressão, hiperproteico, enriquecido com nutrientes específicos para cicatrização. Isento de sacarose. Aspecto físico líquido. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 200 ml	UND	38.880	453027	R\$ 42,90	R\$ 1.667.952,00
<b>ITEM 46 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 45</b>						
46	Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, destinada a pacientes com lesão por pressão, hiperproteico, enriquecido com nutrientes específicos para cicatrização. Isento de sacarose. Aspecto físico líquido. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 200 ml	UND	12.960	453027	R\$ 42,90	R\$ 555.984,00
<b>ITEM 47 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 48</b>						
47	Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, destinada a pacientes hospitalizados, hipercalórico (1,5kcal/ml), hiperproteico (mínimo de 20%) enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 250 ml	UND	10.800	453027	R\$ 26,70	R\$ 288.360,00
<b>ITEM 48 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 47</b>						
48	Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, destinada a pacientes hospitalizados, hipercalórico (1,5kcal/ml), hiperproteico (mínimo de 20%) enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 250 ml	UND	3.600	453027	R\$ 26,70	R\$ 96.120,00
<b>ITEM 49 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 50</b>						
49	Fórmula modificada PARA SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, destinados a pacientes idosos, em risco de desnutrição, hipercalórico (2.4 a 3.2 kcal/ml) hiperproteico (mínimo de 20%), com baixo volume, enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 125 ml	UND	10.800	453027	R\$ 43,22	R\$ 466.776,00
<b>ITEM 50 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 49</b>						
50	Fórmula modificada PARA SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, destinados a pacientes idosos, em risco de desnutrição, hipercalórico (2.4 a 3.2 kcal/ml) hiperproteico (mínimo de 20%), com baixo volume, enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 125 ml	UND	3.600	453027	R\$ 43,22	R\$ 155.592,00
<b>ITEM 51 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 52</b>						
51	Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, formulado para pacientes oncológicos, nutricionalmente completo, hiperprotéico, hipercalórico, enriquecido com EPA, com mix de fibras, isento de sacarose, lactose adicionada e glúten. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. No mínimo 200 ml.	UND	4.050	453027	R\$ 40,68	R\$ 164.754,00
<b>ITEM 52 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 51</b>						
52	Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição enteral e oral, formulado para pacientes oncológicos, nutricionalmente completo, hiperprotéico, hipercalórico, enriquecido com EPA, com mix de fibras, isento de sacarose, lactose adicionada e glúten. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. No mínimo 200 ml.	UND	1.350	453027	R\$ 40,68	R\$ 54.918,00
<b>ITEM 53 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 54</b>						
53	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral destinado a crianças acima de 1 ano de idade, hipercalórico (1,5kcal/ml), enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. . Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 200 ML.	UND	54.000	453027	R\$ 22,94	R\$ 1.238.760,00
<b>ITEM 54 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 53</b>						
54	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral destinado a crianças acima de 1 ano de idade, hipercalórico (1,5kcal/ml), enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico	UND	18.000	453027	R\$ 22,94	R\$ 412.920,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

	líquido. Sabores diversos. . Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 200 ML.					
<b>ITEM 55 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 56</b>						
55	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral destinado a crianças acima de 1 ano de idade, normocalórico (1.0 kcal/ml a 1.2 kcal/ml) e normoproteica, enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 125 ml.	UND	4.860	618197	R\$ 25,90	R\$ 125.874,00
<b>ITEM 56 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 55</b>						
56	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral destinado a crianças acima de 1 ano de idade, normocalórico (1.0 kcal/ml a 1.2 kcal/ml) e normoproteica, enriquecido com vitaminas e minerais. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 125 ml.	UND	1.620	618197	R\$ 25,90	R\$ 41.958,00
<b>ITEM 57 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 58</b>						
57	Fórmula pediátrica cetogênica, para nutrição enteral e oral, indicada para crianças com epilepsia refratária, contendo 4 g de gordura para cada 1g de carboidrato. Adicionada de vitaminas e minerais. Com indicação para: Epilepsia refratária e outras condições que requerem terapia nutricional com dieta cetogênica, como: Deficiência do Complexo Piruvato Desidrogenase e Síndrome de Deficiência do Transportador tipo 1 de Glicose (GLUT1-DS). Isento de glúten. Aspecto físico pó. Apresentação: Embalagem lata de até 300g.	LATA	648	623800	R\$ 241,29	R\$ 156.355,92
<b>ITEM 58 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 57</b>						
58	Fórmula pediátrica cetogênica, para nutrição enteral e oral, indicada para crianças com epilepsia refratária, contendo 4 g de gordura para cada 1g de carboidrato. Adicionada de vitaminas e minerais. Com indicação para: Epilepsia refratária e outras condições que requerem terapia nutricional com dieta cetogênica, como: Deficiência do Complexo Piruvato Desidrogenase e Síndrome de Deficiência do Transportador tipo 1 de Glicose (GLUT1-DS). Isento de glúten. Aspecto físico pó. Apresentação: Embalagem lata de até 300g.	LATA	216	623800	R\$ 241,29	R\$ 52.118,64
<b>ITEM 59 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 60</b>						
59	Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição oral destinado a pacientes diabéticos, hiperproteico, isento de sacarose. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 200 ml	UND	4.860	453027	R\$ 25,00	R\$ 121.500,00
<b>ITEM 60 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 59</b>						
60	Fórmula modificada para SUPLEMENTAÇÃO nutrição oral destinado a pacientes diabéticos, hiperproteico, isento de sacarose. Aspecto físico líquido. Sabores diversos. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Apresentação: mínimo de 200 ml	UND	1.620	453027	R\$ 25,00	R\$ 40.500,00
<b>ITEM 61 - AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 62</b>						
61	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral, nutricionalmente completa, com alto teor de vitaminas e minerais sem lactose específica para crianças a partir de 01 ano de idade, hipercalórica (1,5 kcal/ml). Aspecto físico pó. Apresentação: lata 400g. Especificar volume por unidade. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	LATA	1.080	618197	R\$ 130,00	R\$ 140.400,00
<b>ITEM 62 - COTA RESERVADA ME E EPP 25% VINCULADO AO ITEM 61</b>						
62	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral, nutricionalmente completa, com alto teor de vitaminas e minerais sem lactose específica para crianças a partir de 01 ano de idade, hipercalórica (1,5 kcal/ml). Aspecto físico pó. Apresentação: lata 400g. Especificar volume por unidade. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	LATA	360	618197	R\$ 130,00	R\$ 46.800,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 39.474.048,51</b>	

